



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



50º CONSELHO DIRETOR

62ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL

Washington, D.C., EUA, 27 de setembro a 1º de outubro de 2010

CD50/DIV/1
ORIGINAL: ESPANHOL

**PALAVRAS DE ABERTURA DA SESSÃO POR PARTE
DA MINISTRA DE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL
DA REPÚBLICA DO PARAGUAI NA QUALIDADE DE
PRESIDENTE DO 49º CONSELHO DIRETOR
DRA. ESPERANZA MARTÍNEZ**

**PALAVRAS DE ABERTURA DA SESSÃO POR PARTE
DA MINISTRA DE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL
DA REPÚBLICA DO PARAGUAI NA QUALIDADE DE
PRESIDENTE DO 49º CONSELHO DIRETOR
DRA. ESPERANZA MARTÍNEZ**

**50º CONSELHO DIRETOR DA OPAS
Washington, D.C., 27 de setembro de 2010**

Senhor Presidente
Ministros da Saúde
Ilustres Delegados
Ilustres Membros dos Corpos Diplomáticos
Dra. Mirta Roses, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana
Senhoras e senhores

Muito bom dia.

Como Presidente do 49º Conselho Diretor da OPAS e da 61ª Sessão do Comitê Regional da Organização Mundial da Saúde, é um grande prazer saudar a todos e todas na abertura desta sessão do Conselho Diretor da OPAS e do Comitê Regional da OMS.

Gostaria de aproveitar este momento para formular algumas considerações sobre os eventos de saúde pública mais transcendentais do último ano na região, assim como comentar os temas mais destacados da agenda do 50º Conselho Diretor da OPAS que estamos iniciando.

Brevemente, mencionarei os temas mais relevantes do ano, assim como os esforços realizados na Região.

Neste ano, sem dúvida, os terremotos que ocorreram no Haiti e no Chile foram os eventos mais importantes, em relação aos quais a comunidade internacional, sobretudo desta Região, deu mostras de solidariedade com uma grande mobilização tanto de recursos humanos e técnicos como financeiros, enquadrados em diversos tipos de cooperação aos países afetados. O dano à saúde em termos de mortos e enfermos e suas consequências na incapacidade resultante foram devastadores para milhares de famílias. A força destruidora destes fenômenos naturais também alcançou os estabelecimentos de saúde e nos chama a atenção para nossas vulnerabilidades e responsabilidade ao preparar os planos de resposta e mitigação de desastres.

A epidemia da dengue teve uma grande repercussão na América Central e no Cone Sul, apesar dos avanços na vigilância epidemiológica e no controle vetorial; não só continua sendo um dos problemas sanitários de maior impacto político, social e econômico em nossos países, mas, além disso, parece que as cifras de 2010 superarão com folga todas as epidemias conhecidas anteriormente. O grande desafio ainda continua sendo influir sobre os determinantes socioambientais, enfocados na promoção de ambientes mais saudáveis.

A pandemia da gripe humana A (H1N1) deixou lições aprendidas, destacando-se a rápida resposta dos países, produto de uma oportuna preparação, enfocada sobretudo no fortalecimento da vigilância epidemiológica, nos sistemas de controle e, neste último período, na disponibilidade das vacinas, fabricadas em tempo recorde. Todos estes aspectos contribuíram para diminuir o impacto na saúde pública, como o vivido em pandemias precedentes. Quero ressaltar, além disso, o papel fundamental da OPAS, citando em primeiro lugar os esforços para que todos os países tenham acesso a produtos biológicos seguros e a custos socialmente razoáveis, incluindo o Fundo Rotativo do Programa Ampliado de Imunizações (PAI) nas estratégias utilizadas para reduzir as brechas no acesso que existiam entre os países.

Cabe assinalar os avanços e amadurecimento das iniciativas sub-regionais em termos de integração, Mercosul, UNASUL, Região Andina, Região Centro-Americana, onde se vêm consolidando as agendas regionais e onde ainda há muitos desafios a enfrentar. No contexto da UNASUL, acordamos recentemente o Planejamento Estratégico em Saúde construindo um Plano Quinquenal 2010-2015 com metas bem claras a serem alcançadas.

A integração regional deve ser vista como uma oportunidade para construir uma comunidade política sanitária com valores éticos, democráticos, de inclusão e participação social que contribua para a redução das iniquidades e da injustiça social. Ali deve primar o consenso, a decisão política e técnica para a obtenção dos resultados esperados.

Revisando a agenda de trabalho que compartilharemos nestes dias, vários temas relevantes serão abordados. Gostaria de comentar brevemente sobre alguns deles.

Ante os indicadores de desigualdade social e pobreza, os países da região colocam a saúde e os direitos humanos como eixos fundamentais

das políticas de saúde e dos processos de consolidação dos sistemas nacionais de saúde.

A renovação da estratégia de atenção primária à saúde permitiu aos países da região marcar novos rumos nos processos de transformação e fortalecimento dos sistemas de saúde. Daí, a importância transcendental de avançar no desenvolvimento de competências do pessoal de saúde para a atenção primária à saúde, baseadas no conhecimento e na evidência científica.

A Estratégia e Plano de Ação para a Redução da Desnutrição Crônica se enquadra hoje numa visão global dos determinantes sociais que permita obter intervenções intersetoriais articuladas e complementares com ações concretas nos territórios locais. A cooperação internacional se soma a esta visão estratégica com a Aliança Pan-Americana pela Nutrição e o Desenvolvimento, que promove e implementa estratégias coordenadas entre as entidades de cooperação.

Com relação à saúde, segurança humana e bem-estar, devemos reduzir a vulnerabilidade da população derivada das ameaças agudas à saúde. Uma das ferramentas mais importantes é o Regulamento Sanitário Internacional; também é importante que os governos nacionais fortaleçam os sistemas políticos e jurídicos para assegurar a integração equitativa de todas as pessoas, particularmente mediante a adoção de um enfoque de equidade de gênero e, dessa maneira, garantir uma identidade jurídica que respeite o direito à segurança humana, em especial a equidade em matéria de saúde.

Outro dos desafios sobre o qual vamos trabalhar nesta sessão é o capítulo do Urbanismo e da Saúde Urbana. Estima-se que desde 2007 mais da metade da população mundial vive em cidades. Em 2030, será 60 por cento e em 2050 70 por cento, segundo a OMS. A saúde urbana está relacionada, entre outras coisas, com a urbanização planejada, o transporte urbano, a reciclagem, a atividade física e os hábitos de vida saudáveis, a redução da violência e o saneamento ambiental; fatores que têm ingerência na saúde das pessoas.

Finalmente, gostaria de destacar o papel e o trabalho que a OPAS vem desempenhando na abordagem dos principais problemas de saúde em nossa região. Função gestora e orientadora de políticas que nos permite avançar juntos para a construção de nossos sistemas de saúde, propiciando e apoiando as iniciativas locais, nacionais e regionais. Apostando no intercâmbio de experiências, no desenvolvimento do

conhecimento e na inovação da ciência e da tecnologia, no desenvolvimento das capacidades e oportunidades dos trabalhadores de saúde, no fortalecimento dos sistemas de saúde a partir de uma visão integral.

Expresso meus votos de êxito ao próximo Presidente do Conselho Diretor na condução desta sessão e reitero meu agradecimento pela oportunidade que teve o Paraguai de estar à frente deste prestigioso órgão diretor.

Meus sinceros agradecimentos à equipe de apoio da OPAS.

Finalmente, desejo a todos e todas muito êxito durante as jornadas de trabalho.

Obrigada.